

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO TÉCNICA - COAT /

Fundo Municipal do Idoso

90ª Reunião Ordinária

28 de junho de 2024

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro foi realizada a 90ª Reunião Ordinária do Conselho de Orientação e Administração Técnica de São Paulo - COAT/SP, de forma virtual, com início aproximadamente às 14h30, sendo presidida pela Sra. Alessandra Gosling, representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC e com a presença dos também conselheiros: Sra. Laressa Carvalho Oliveira, Sra. Niltes Aparecida Lopes de Souza e Sr. Arioaldo Guello, representantes do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, e a Sra. Tárzia Almeida Oreste como pessoa gestora do projeto em questão.

A Reunião contou com as seguintes pautas:

- Deliberação acerca da solicitação do Instituto Casa Comum para o projeto "Asas à Longevidade: Autonomia e Segurança";
- Discussão do INCT

A reunião iniciou com a justificativa da presença da Tárzia Oreste, gestora da parceria em questão, para dar o parecer sobre o projeto "Asas à Longevidade".

Tárzia iniciou sua fala relatando que o Instituto Casa Comum solicitou algumas alterações que foram aprovadas pelo FMID, no edital de 2022, como por exemplo a alteração dos locais de aplicação de oficina de educação financeira, que inicialmente seriam realizados nos distritos de Jaraguá e Brasilândia para Jaçanã, Brasilândia e Tremembé por questões de locação. Além do mais, por conta disso, o projeto ampliaria sua abrangência.

A segunda pontuação á respeito do projeto, foi a questão de orçamento, pois durante a captação de recursos foram realizadas algumas atividades, como por exemplo a confecção de cartilhas informativas, contrato de um serviço de Podcast e uma parte de gestão administrativa financeira, e solicitaram que ao invés do pagamento ser realizado mês a mês, que eles possam pagar as atividades de acordo com a execução destas ações. sendo assim, a proposta do projeto foi readequada considerando a questão orçamentária dos pagamentos adiantados conforme as ações já realizadas, juntamente da realocação das regiões abrangentes. Além disso, as metas foram adequadas de acordo com alteração dos distritos, conforme recomendação do setor de Parcerias.

Foi esclarecido pelo instituto que ao alterar a localidade, não será gasto recurso além do já estipulado anteriormente, mesmo aumentando a abrangência dos distritos. Tárzia, como gestora da parceria, verificou se as informações e valores batiam e concluiu que sim. Com isso, Alessandra levantou o questionamento se a pontuação de vulnerabilidade social da região se manteria a mesma, e Tárzia confirmou que não haveria alteração neste quesito.

Dado o parecer da gestora, Alessandra deu início à discussão dessa pauta aos conselheiros. Em seguida, o Sr. Ariovaldo pediu para os novos locais de aplicação do projeto serem falados novamente, sendo prontamente respondido pela gestora de parceria, que reforçou a não alteração orçamentária e de pontuação de vulnerabilidade social. Após esclarecimento, Tárzia comunicou que as metas foram refeitas com base na divisão orçamentária dos dois novos distritos, mas em tese não há impacto no orçamento inicialmente estipulado, se mantendo também o mesmo número de turmas e alunos.

A OSC perguntou sobre a possibilidade de contratar pessoas no presente momento, obtendo resposta negativa do setor de Parcerias, pois para tal ação haveria necessidade da aprovação do COAT para as adequações do projeto, para então prosseguir com as etapas seguintes do processo.

Alessandra deu parecer favorável às alterações do projeto levando em consideração que estas não trariam impactos negativos ou que trariam futuros problemas. A sra. Laressa ainda ressaltou que o projeto permaneceria na macrorregião prevista em projeto, alterando apenas o distrito em questão.

Diante disso, o Sr. Ariovaldo se mostrou desconfortável com o projeto em si, sugerindo que o mesmo fosse revisto pelos conselheiros, relatando que o projeto aparenta não ter levado em consideração possíveis imprevistos de percurso, e com isso a OSC optou por realizar uma nova proposta de orçamento. Ariovaldo também questionou sobre o paradeiro da proposta inicial do projeto para comparação com a atual. Alessandra, perante o apontamento de Ariovaldo, explicou que em projetos anteriores e até mesmo de outros departamentos houve casos semelhantes que foram aprovados sem entraves, justamente por ser uma questão simples. Informou que a gestora da parceria tem a prerrogativa de analisar e verificar a planilha orçamentária e informar os conselheiros sobre as alterações no decorrer do processo. Complementou que o orçamento do Fundo de um projeto que passou no edital não se altera, o que pode ser remanejado seria a proposta orçamentária através de análise criteriosa tanto da pessoa gestora quanto do COAT e posteriormente do setor de Parcerias. Alessandra pontuou que a única coisa que não pode ser alterada é no valor total do projeto, além da necessidade de justificar a readequação na proposta de orçamento.

(14:39 - 17:15 FALA BRUNO MUTADA)

Bruno informou sobre as possibilidades de alterações previstas no art. 52 da Portaria 90/SMDHC/2023, expondo que a alteração de local de execução do projeto encontra lastro normativo. Ainda, explicita que, sobre alterações, a portaria prevê a realização de mudanças orçamentárias que independem do aval da pessoa gestora, visto que remanejamentos até 15% do valor total da parceria podem ser realizados com mera ciência da mesma.

Tárzia afirmou apreciar o desconforto relatado pelo Sr. Ariovaldo, pois partilhou do mesmo sentimento em primeiro momento, e declarou que existem dois processos, um vinculado ao outro, e que conferiu a proposta original, no entanto não se lembrava se havia sido neste vínculo. Em seguida

abriu a planilha em que constava o valor de R\$206.760,00 e alegou que o mesmo valor constava na proposta original.

A gestora contextualiza o objeto da proposta, que seria inicialmente a capacitação de pessoas idosas em sua gestão financeira, contribuindo com a autonomia e segurança em sua sustentabilidade financeira com foco na região norte de São Paulo. E em seguida, a alteração feita pela OSC evidenciando os 3 distritos contemplados, além da quantidade de turmas (18 turmas), de alunos por turma (30 alunos), totalidade de participantes (540 participantes diretos), período e frequência do projeto (duração de 2 meses com um encontro semanal).

A OSC alegou em documento ter confeccionado 600 exemplares da cartilha informativa para os participantes do projeto e se utilizando do podcast como forma de divulgação e atrativo ao público. Também informaram sobre a produção de um aplicativo de acesso gratuito de educação financeira para pessoas idosas.

O sr. Ariovaldo reforçou as informações ditas por Tércia, e apresentou as metas contendo a quantidade de turmas distribuídas por distrito. Apresentado isso, a Sra. Laressa indagou se os gastos com cartilhas/podcast haviam sido previstos em documento e se os recursos financeiros devidamente captados e Tércia confirmou a previsão, entretanto o pagamento deveria ser realizado mensalmente, e inclusive o projeto já havia sido firmado e a primeira parcela do valor total já havia sido paga. Porém, as cartilhas já haviam sido feitas e a OSC gostaria de pagá-las de uma única vez no valor de R\$7.500,00 da impressão mais o valor da equipe de curadoria responsável pela confecção da mesma e do Podcast.

Segundo Tércia, a OSC recebeu o valor de R\$150/180 mil referente à primeira parcela de pagamento do Fundo. Alessandra toma fala sugerindo deliberar o primeiro ponto e encaminhar o segundo para o departamento de Parcerias para darem um parecer mais claro sobre pagamentos, e após isso retomar o assunto ao COAT. Sendo assim, ficou decidido por discutir a questão da localidade, e aguardar o parecer orçamentário do setor de Parcerias para discussão em futura reunião extraordinária.

A sra. Niltes levantou o questionamento sobre o desamparo ao público da região de Jaçanã, e Alessandra informou que no edital do projeto há uma planilha com o índice de vulnerabilidade das regiões em questão, juntamente da pontuação de vulnerabilidade social prevista em edital.

(31:50 - 34:04 FALA BRUNO MUTADA)

Bruno apresenta o Anexo VI do Edital 12/2022/SMDHC/FMID, evidenciando a pontuação entre os distritos discutidos, expondo inclusive que o distrito de Tremembé possui mais pessoas idosas em setores censitários de média, alta e muito alta vulnerabilidade se comparado com o distrito do Jaraguá.

O sr. Ariovaldo, análogo à fala da conselheira Niltes, questionou o método de escolha das regiões e da demanda do público das regiões do Jaraguá e Tremembé (37:55 - 41:02 FALA BRUNO MUTADA). *Bruno expõe que no momento da análise dos planos de trabalho são levados em conta o objeto do projeto e o território de execução, dando exemplo de projeto que não constava como território prioritário segundo o Anexo VI, porém, devido ao objeto, entendeu-se que o mesmo era preponderante, visto que visava o atendimento de demanda transversal aos territórios.*

Alessandra se mostrou favorável ao aceite da mudança de território, Laressa afirmou estar de acordo e também o Sr. Ariovaldo.

Após consenso foi iniciada discussão da segunda pauta proposta, o Sr. Ariovaldo questionou se haveria necessidade de aprovação no SEI e Alessandra prontamente esclareceu que até segunda ordem de Parcerias não haveria necessidade. (46:08 - 54:45 FALA BRUNO MUTADA). *Bruno inicia explicação da demanda do projeto “Horta Orgânica da Malu: Plantando e Colhendo os frutos da melhor idade”, do Instituto Nacional Cidadania e Trabalho – INCT, que solicita a mudança de local de execução, saindo do distrito do Jaçanã para o distrito do Perus, mais especificamente para o CEU Perus, apresentando inclusive ofício de cessão de espaço por parte da Secretaria Municipal de Educação.* O Sr. Ariovaldo solicitou que Bruno contextualizasse o objetivo do projeto do INCT, Bruno, a pedido de Ariovaldo, realizou a leitura dos objetivos e metodologia da proposta em questão. Alessandra apontou que cada vez mais o público idoso vem frequentando CEUs, e decorrente disso, Ariovaldo questionou se há um devido espaço disponível para a aplicação do projeto, e Alessandra informou que pelas características do ambiente sim.

O Sr. Ariovaldo perguntou se o projeto iria sair do Jaçanã para ir a Perus, mantendo o outro local de execução, pedindo para confirmar se são dois lugares, tendo Bruno confirmado as informações. Alessandra informou aos conselheiros presentes que poderiam acompanhar as visitas técnicas aos locais dos projetos. Ariovaldo apontou que a visita técnica deveria ser feita antes do início do projeto e posteriormente no decorrer deste. Alessandra se mostrou de acordo com o Sr. Ariovaldo.